

A cooperação técnica brasileira e a busca pela inserção na “sociedade do conhecimento”: da subordinação norte-sul à aliança estratégica sul-sul?⁶⁷

Maria Caraméz Carlotto

Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (BRI-UFABC)

maria.carlotta@ufabc.edu.br

Verena Hitner

Centro de Estudios del Desarrollo da Univerdiad Central de Venezuela (CENDES-UCV)

verena.hitner@gmail.com

Resumo

O objetivo do artigo é analisar as mudanças na cooperação técnica do Brasil a partir do momento em que se transforma em ferramenta privilegiada da política externa brasileira atual. Para tanto, parte-se de uma comparação entre dois padrões distintos de cooperação técnica com o objetivo de compreender a importância da mudança do conceito de cooperação para a política de desenvolvimento e inserção internacional do Brasil. Analisa-se particularmente a cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos no campo de políticas educacionais nos anos 1950, 1960 e 1970 e no campo de políticas de ciência e tecnologia nos anos 1980 e 1990 comparando-as com a cooperação técnica para transferência de tecnologia agrícola do Brasil com outros países em desenvolvimento nos anos 2000. O objetivo é analisar em que medida o novo modelo de cooperação brasileira pode ser considerado um novo padrão de cooperação técnica relacionado a um novo modelo de inserção internacional.

Áreas temáticas: Integração regional, Geopolítica, Economia Política Internacional

Introdução

Embora alguns autores reconheçam que a cooperação em ciência e tecnologia tem raízes históricas longínquas (cf. Baiardi & Ribeiro, 2011; Brown, 1979; Marinho, 2001; Miceli, 1990), é bastante consensual, no campo das relações internacionais, a percepção de que a institucionalização da cooperação técnica internacional, incluindo a cooperação em ciência e tecnologia⁶⁸, remonta ao pós-guerra, sendo marcada originalmente pelo

⁶⁷ Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

⁶⁸ Por cooperação técnica internacional estou entendendo a transmissão internacional de conhecimentos e técnicas, o que inclui tanto o que tradicionalmente se entende por cooperação em ciência e tecnologia quanto a cooperação em ciências e tecnologias sociais, em especial as voltadas para a estruturação dos Estados Nacionais, o que a sociologia da globalização chama de “saberes de Estado” (cf. Dezalay & Garth, 2002). Isso significa um esforço ampliar o escopo de análise para incluir não só os acordos formais de

esforço de reconstrução das regiões e países afetados pelo conflito mundial, em especial a Europa e o Japão, principalmente através do chamado Plano Marshall (Ayllón, 2013; Cervo, 1994). Não por acaso, já ganhava destaque nesse momento a estratégia de promoção do desenvolvimento econômico em outras regiões como a Ásia, a África e a América Latina, tornadas alvo das disputas geopolíticas que marcariam a Guerra Fria (cf. Garcia, 1998).

É justamente nesse contexto, portanto, que surgem as primeiras agências nacionais e multilaterais de cooperação internacional, que passam a liderar a oferta de cooperação técnica internacional a partir da década de 1950. No campo específico das agências multilaterais de cooperação, merecem destaque aquelas criadas no âmbito de acordo de Bretton Woods, em 1944, como o FMI e o Banco Mundial, e aquelas associadas à Organização das Nações Unidas, em especial o PNUD, a Unesco, a FAO e a Unicef. É a também a partir do pós-guerra que surgem as primeiras agências norte-americanas (concentradas na USAID a partir de 1961) e europeias de assistência internacional (tais como a Agência Alemã de Cooperação Técnica, o Instituto Francês de Pesquisa Científica pelo Desenvolvimento em Cooperação, a Direção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento da Itália e o Departamento de Desenvolvimento Internacional da Inglaterra), essas últimas voltadas principalmente para a assistência a colônias e ex-colônias europeias, empenhadas, na época, em construir suas estruturas de Estados.

Seguindo a literatura sobre o tema, essa forma original de cooperação técnica internacional caracterizava-se essencialmente por três elementos: “a) transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos; b) desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e prestador; c) execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas” (Cervo, 1994, p. 39). A soma desses três elementos – o caráter geral, assimétrico e assistencialista da cooperação – fazia com que esse modelo tradicional de cooperação técnica internacional fosse antes uma ajuda internacional voltada para a difusão de modelos de organização econômica e social, com sua dimensão ideológica inerente, do que uma cooperação técnica de fato, com intercâmbio efetivo e produção conjunta de conhecimentos, técnicas e tecnologias em prol da promoção do desenvolvimento e da redução das desigualdades nacionais e internacionais⁶⁹.

Não é por acaso, portanto, que a expansão dessa forma específica de cooperação técnica está intrinsecamente associada à atuação cada vez mais sistemática de um conjunto de instituições voltadas à difusão internacional de saberes e práticas – os assim chamados *think thanks* –, através da transmissão de conhecimentos ligadas à formulação de políticas públicas, especialmente no campo das políticas de desenvolvimento como educação, ciência e tecnologia, dos países do norte para os países do sul.

Esse padrão tradicional de circulação internacional de conhecimento, em que a cooperação técnica internacional assume um lugar de destaque, marcou de modo decisivo a cooperação do Brasil com os assim chamados “países desenvolvidos” desde o final da Segunda Guerra Mundial. No entanto, é importante notar que as ressalvas a esse padrão tradicional de cooperação já aparecem de modo contundente na Conferência de Bandung que marca o início de um movimento de afirmação autônoma dos países da África, da

cooperação técnica, mas, também, a atuação dos assim chamados *think thanks*, que desempenham um papel essencial na circulação e legitimação internacional de conhecimento (cf. MacGann & Sabatini, 2011).

⁶⁹ É interessante notar, dessa perspectiva, que o termo original adotado pela Assembleia da ONU, em 1948, foi “assistência técnica”, termo substituído por “cooperação técnica” apenas em 1959, em resposta às críticas que começavam a surgir no plano internacional.

Ásia e, posteriormente, da América Latina⁷⁰. Esse movimento se desdobra, nos anos 1970, na crítica aos modelos assimétricos e assistencialistas de cooperação técnica impulsionando, internacionalmente, a agenda da cooperação sul-sul. Essa nova agenda em prol de uma cooperação técnica mais horizontal e estratégica, que tinha como horizonte a afirmação de um outro padrão de inserção internacional dos países então chamados “do terceiro mundo”, ganhou expressão no Brasil durante os anos 1970, quando o governo militar a firmar diferentes acordos de cooperação com países da África, Oriente Médio e América Latina.

Embora essas iniciativas de cooperação horizontal ensaiadas pelo Brasil durante os anos 1970 sejam bastante relevantes – merecendo, inclusive, mais atenção por parte dos pesquisadores da área –, sua descontinuidade a partir do final dos anos 1980 e a permanência de outras iniciativas de cooperação tradicional e assimétrica no período, nos permite afirmar que o padrão de cooperação predominante no Brasil entre anos 1950 e 1990 foi um padrão tradicional de cooperação assimétrica com países do norte tendo em vista a afirmação de políticas de desenvolvimento.

Essa situação só se alterou de modo significativo a partir dos anos 2000, quando a perda de dinamismo econômico dos países chamados “desenvolvidos”, agravada com a crise financeira de 2008 e associada a um crescimento contínuo e intenso dos países “em desenvolvimento”, criou condições objetivas para o fortalecimento de iniciativas mais horizontais e estratégias de cooperação técnica. Essas iniciativas foram reforçadas, ainda, por mudanças políticas que ocorreram em alguns desses países, de modo especial na América Latina e Caribe, a partir da eleição de governos de centro-esquerda que assumiram uma visão formalmente distinta do papel da cooperação e do lugar das políticas de integração e desenvolvimento. Como resultado desses processos, países como Brasil, Venezuela, Índia e China tornam-se cada vez mais dispostos a se transformar, segundo Bruno Ayllón, “em *global players* que contribuem, através do financiamento e execução de programas e projetos, para o desenvolvimento de outros países e para as atividades de organismos internacionais” (Ayllón, 2012, p. 233).

Partindo desse enquadramento histórico geral, o objetivo deste artigo é analisar esses dois padrões de cooperação técnica no Brasil – um primeiro predominante entre 1950 e 1990, com foco na redefinição de políticas importantes para o desenvolvimento, e um segundo predominante a partir dos anos 2000, com ênfase na cooperação em ciência e tecnologia entre países em estágios mais semelhantes de desenvolvimento – à luz dos desafios que o Brasil enfrenta para se inserir internacionalmente em uma economia cada vez mais dependente do conhecimento e da tecnologia. Para tanto, o artigo se organiza em três partes: a primeira analisa exemplos relevantes do padrão tradicional de cooperação, que estamos chamando provisoriamente de “padrão dependente”, em especial no campo das políticas de educação e de ciência e tecnologia; a segunda parte volta-se para a análise de um exemplo do que seria o novo padrão de cooperação técnica internacional do Brasil que estamos chamando, por sua vez, de “cooperação estratégica”; a conclusão, além de sintetizar ideias centrais, lança questões para futuras investigações sobre a relação entre cooperação técnica, padrões de circulação internacional de conhecimento e padrões de inserção econômica.

O “padrão dependente”: a cooperação técnica norte-sul predominante no Brasil de 1950 a 1990

⁷⁰ A Conferência de Bandung reuniu 23 países asiáticos e 5 países africanos. Alguns países latino-americanos, incluindo o Brasil através do embaixador Bezerra de Menezes, participaram com o status de “observadores”.

Desde os anos 1960, a perspectiva realista de relações internacionais interroga de modo crítico os efeitos reais da cooperação internacional para o desenvolvimento econômico. Hans Morgenthau, por exemplo, considera que a ajuda internacional dos Estados Unidos no pós-guerra como um instrumento de poder tendo em vista atingir objetivos de política externa que não poderiam ser assegurados por meios militares ou da diplomacia tradicional. A análise cética do autor centra-se na crítica ao Plano Marshall para reconstrução da Europa no imediato pós-guerra, que entrara para a história como receita contra o subdesenvolvimento e garantidor da democracia nos países (Morgenthau, 1962, p. 305). No mesmo sentido caminha a análise de Joseph Nye sobre a estratégia de cooperação dos Estados Unidos, vista por ele como uma forma de soft power essencial para a afirmação da hegemonia política e cultural do país (Nye, 2004). Keohane, do mesmo modo, considera a cooperação como uma das estratégias mobilizadas pelos países para organizar e estruturar o sistema internacional, mantendo através dele uma zona significativa de influência (Keohane, 1969). Dessa perspectiva realista, portanto, a história da cooperação técnica internacional na segunda metade do século XX é inseparável das disputas travadas no âmbito da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética pela conquista de áreas de hegemonia política e cultural.

É nessa chave interpretativa que um dos exemplos paradigmáticos de cooperação internacional – o Plano Marshall para a reconstrução da Europa – ganha uma dimensão nova dimensão, afirmando-se também como um importante instrumento de garantia da hegemonia dos Estados Unidos na Europa Ocidental, haja vista a recusa dos países integrantes da União Soviética em integrar o plano.

Do ponto de vista que nos interessa neste artigo, o Plano Marshall importa não apenas pelo volume inédito de recursos que mobilizou em ajuda internacional – transferindo para Europa 13 bilhões de dólares em cinco anos (Hobsbawm, 1995) – mas, sobretudo, pela sua ênfase na construção de instituições adequadamente capacitadas, cuja ausência constituía, na visão dos formuladores do plano, o principal empecilho para o desenvolvimento. Nessa chave, portanto, a cooperação internacional deveria conceder prioridade à capacitação institucional (“institutional building”). A existência de instituições nacionais capacitadas tecnicamente – particularmente no campo de administração pública, planejamento, ciência e tecnologia, educação e, gestão de programas governamentais – foi trabalhada como condição essencial para que os esforços empreendidos tivessem continuidade posteriormente e para que os países receptores adquirissem suposta autonomia.

É nesse mesmo sentido, então, que apontam as análises do sociólogo Luc Boltanski sobre os efeitos culturais e políticos do Plano Marshall. Segundo ele, no caso da França, para além da dimensão militar e política, a relação com os Estados Unidos, intermediada pelo Plano Marshall, envolvia, desde sempre, “uma dimensão mais fundamental que era aquela da ‘natureza’ da ‘sociedade francesa’ comparada à ‘sociedade americana’, quer dizer, indissociavelmente, seu regime político e sua estrutura social, suas técnicas de gestão econômica, seus modos de controle social e seu regramento dos conflitos sociais” (Boltanski, 1981, p.19). É justamente por isso, portanto, que o autor vai dar tanto destaque à influência do Plano Marshall na importação, pela França, do conhecimento gerencial norte-americano que, mobilizando uma visão específica de organização industrial e institucional, trouxe impactos profundos para a dinâmica cultural e política da sociedade francesa e para a sua estratégia de desenvolvimento econômico. Esse processo, inerentemente ligado à reforma de instituições e políticas, resultou, segundo o autor, de um longo e importante projeto de cooperação entre França e Estados

Unidos no âmbito do Plano Marshall cujo resultado maior foi o fortalecimento de uma tendência descrita pela literatura francesa como “americanização” da França.

O caso analisado por Bolstanski ajuda a exemplificar o padrão de cooperação técnica internacional que predominou também no Brasil a partir dos anos 1950, pautado justamente na construção e reforma institucional pela difusão de saberes e técnicas político-sociais tidas como imprescindíveis para o desenvolvimento. Insere-se nesse padrão específico, portanto, a cooperação técnica Brasil-Estados Unidos no campo da administração e planejamento nas décadas de 1950 e 1960, levando à rápida e ampla difusão do conhecimento gerencial no país, contribuindo, de um lado, para o isolamento da perspectiva estruturalista de desenvolvimento predominante no período e, de outro, para a reorganização de instituições públicas, em especial no campo educacional, no sentido de uma maior formação técnico-profissional no setor privado em detrimento da formação científico-técnica no setor público (cf. Carlotto, 2014)⁷¹.

Embora a história da importação do conhecimento gerencial no Brasil remonte a instituições da primeira metade do século XX como o Centro Industrial do Brasil, de 1904, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), de 1931, e, principalmente, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), de 1938, é bastante consensual na literatura que o passo decisivo para a expansão do conhecimento em gestão no país foi a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1944. Idealizada pelo engenheiro Luiz Simões Lopes, enquanto esse ocupava a direção do DASP, a FGV deveria dedicar-se à formação de um “novo profissional” voltado aos “problemas concretos da administração” (Vasconcellos, 1998, p. 63). Enquanto uma instituição de ensino e pesquisa, a FGV foi essencial para a consolidação do saber administrativo-gerencial no país sobretudo porque constituiu uma porta de entrada dos convênios firmados, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, tanto com a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto com o governo dos Estados Unidos, “para a disseminação de saberes e modelos administrativos no país” (Barros & Carrieri, 2013, p. 257). Assim, na esteira de um processo mais amplo de racionalização burocrática do Estado brasileiro, que caminhava no sentido de instituir a meritocracia e a universalidade como princípios do serviço público nacional, o conhecimento gerencial expandiu-se no Brasil como um corpo de saberes especializados importado diretamente de centros formuladores, concentrados na Europa e nos Estados Unidos. De fato, como mostra Maurício Roque Oliveira (cf. 1990), a introdução do conhecimento administrativo no país foi, acima de tudo, um processo de importação de procedimentos e conceitos. Na mesma chave, para Isabela Curado, “o processo de evolução do saber administrativo brasileiro está intimamente relacionado à importação de modelos do Hemisfério Norte, principalmente de modelos norte-americanos” (Curado, 2001, p. 66). Amon Barros e Alexandre Carrieri vão além e falam em uma “americanização” do Brasil a partir da importação e difusão do conhecimento em gestão (cf. 2013). Para esses e outros autores (cf. Grün, 1990; Vasconcellos, 1998), a influência norte-americana no Brasil, através da importação de um saber especializado como o *management*, se intensificou a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos passaram a assumir uma política deliberada de aumento da sua influência na região, através de programas de cooperação técnica.

Assim, a partir da Segunda Guerra Mundial, no bojo de uma reconfiguração da cooperação internacional em termos globais, o padrão de cooperação entre Brasil e Estados Unidos se altera e, para além da atuação de agências filantrópicas no incentivo a áreas e padrões específicos de trabalho, os governos dos dois países se engajam diretamente em processos de importação e exportação de saberes e técnicas

especializadas. É nesse contexto que surgem os primeiros acordos governamentais de cooperação técnica dos dois países, datados oficialmente de 1945 (cf. Fischer, 1984; Usaid, 1968; Barros & Carrieri, 2013). Uma das principais consequências da mudança no processo de cooperação entre os dois Estados foi a criação, em 1948, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujo objetivo essencial era traçar conjuntamente um plano de desenvolvimento econômico para o Brasil. Esse processo não se deu, porém, sem tensões, uma vez que a pressão dos Estados Unidos para que a economia brasileira se abrisse ao capital internacional, particularmente norte-americano, chocou-se com os esforços do Estado brasileiro na promoção da industrialização nacional (cf. Barros & Carrieri, 2013, p. 259ss; Garcia, 1998).

Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram marcados por uma intensificação da ajuda norte-americana tanto aos países “subdesenvolvidos” quanto às nações “em reconstrução”, ajuda cada vez mais pautada em programas de cooperação técnica (cf. Bourdieu & Wacquant, 1998; Boltanski, 1981; Dezalay & Garth, 2002; Garcia, 1998). Um marco explícito dessa ênfase crescente no papel dos conhecimentos especializados nas políticas de auxílio internacional é o chamado “Ponto IV”, termo que designa uma mensagem enviada pelo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, ao Congresso norte-americano em 1949, explicitando as bases da nova política governamental de assistência aos chamados países subdesenvolvidos. Tratava-se, conforme documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos, “de um empreendimento de longo prazo e relativo baixo custo [...] para levar experiência e *know-how* americanos diretamente para os outros povos de países subdesenvolvidos” (*apud* Nogueira, 1998, p.39) Foi no âmbito do Ponto IV que os Estados Unidos estabeleceram uma série de programas de cooperação técnica com países da América Latina que visavam, basicamente, aumentar a influência norte-americana na região via exportação de conhecimentos, procedimentos e técnicas especializados (cf. Barros & Carrieri, 2013).

A partir dessa inflexão política, são firmados os principais acordos bilaterais entre o governo brasileiro e o norte-americano que possibilitaram justamente a expansão de acordos de cooperação técnica no campo do ensino de gestão. Primeiro, em 1950, surge o *Acordo Técnico de Cooperação Básica entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos*, voltado ao “intercâmbio de conhecimentos técnicos e a cooperação em atividades correlatas” (Brasil, 1950, n.p.). Depois, em 1953, esse convênio é complementado pelo *Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais*, pelos quais o governo norte-americano fica responsável por fornecer “serviços técnicos e especializados em qualquer setor de atividades que se relacione com o desenvolvimento econômico do Brasil” (Brasil, 1953, n.p.).

Uma das primeiras áreas contempladas por esses acordos bilaterais de cooperação técnica foi, justamente, o “ensino de gestão” (*management education*), chamado inicialmente no Brasil de “ensino de administração”. E isso não só porque a internacionalização do conhecimento em gestão era uma medida explícita da política externa norte-americana, como apontam as análises que associam a expansão desse saber especializado às estratégias de construção de hegemonia dos Estados Unidos na Europa (cf. Boltanski, 1981)⁷² e, particularmente, na América Latina (cf. Alcadipani & Bertero, 2012; Barros & Carrieri, 2013; Cooke, 2004, 2010; Cooke; Kelley & Mills, 2006; Vasconcellos, 1998). Mas sobretudo porque havia setores da elite política brasileira que

⁷² No seu artigo intitulado *America, America, le plan Marshall et l'importation du management*, Luc Boltanski mostra como a expansão do conhecimento gerencial na Europa também esteve ligada às estratégias da política externa norte-americana (cf. 1981). Essa questão reaparece no seu livro mais recente, escrito com Ève Chiapello intitulado *O novo espírito do Capitalismo* (cf. Boltanski & Chiapello, 1999).

consideravam a consolidação do conhecimento gerencial uma prioridade, como demonstram a experiência do IDORT, do DASP e especialmente da FGV.

Não é coincidência, portanto, que a FGV tenha sido a grande mediadora da importação do conhecimento gerencial no país, especialmente a partir de 1952, quando dá origem às duas primeiras escolas de administração do Brasil: a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP-FGV), com sede no Rio de Janeiro e fundada ainda em 1952, e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP-FGV), criada dois anos depois. Ambas foram resultado de “convênios com entidades norte-americanas que transferiram o *know-how* existente, incluindo currículos, ementas de disciplinas e respectivas bibliografias” (Oliveira, 1990, p. 40), o que permitiu que se constituíssem como modelo e como centro de treinamento para as demais escolas de administração pública e privada no país e na América Latina.

Mas a influência norte-americana na introdução sistemática do conhecimento gerencial no Brasil não se limitou à FGV. Na verdade, existem registros de ajuda técnica e financeira, por parte do governo norte-americano, a todos os cursos de administração fundados ou previstos até 1960, incluindo os das Universidades Federais de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (cf. Barros & Carrieri, 2013, p. 257). Além disso, sob a égide dos acordos de cooperação técnica firmados no começo da década de 1950, os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinam, em 1959, “o programa de cooperação mais decisivo para o desenvolvimento das escolas brasileiras de administração”, pelos quais o governo norte-americano se responsabilizaria por “fornecer os serviços dos professores norte-americanos para prestar assistência no que se refere à elaboração de currículos, métodos e técnicas de ensino, instalações de serviços de biblioteca e de consulta, bem como em pesquisas e outros aspectos da criação de cursos de treinamento em administração pública e de empresas” (Fischer, 1984, p. 112). Na prática, esse acordo resultou no estabelecimento de programas de formação de professores brasileiros de administração não só com a Universidade Estadual de Michigan, mas também com a Universidade Estadual da Califórnia. Os dois convênios foram intermediados pelo governo norte-americano, e elegiam a FGV como centro articulador da seleção de professores e difusão de programas e modelos (cf. Fischer, 1984; Oliveira, 1990; Usaid, 1968). A ajuda norte-americana ao ensino de administração em geral e à FGV em particular continuou ao longo dos anos 1960, via Usaid, por meio de um programa mais amplo da agência intitulado *Improvement of Higher Education in Brazil* (Usaid, 1968, p. 3).

Mas o apoio norte-americano ao desenvolvimento do conhecimento gerencial no Brasil não se limitou ao plano governamental. Como mostra o estudo de Sérgio Miceli, a partir da Revolução Cubana e no âmbito da Aliança para o Progresso, as relações acadêmicas entre instituições brasileiras e norte-americanas se intensificaram, sendo o marco decisivo desse processo, segundo o autor, “a decisão político-institucional tomada pelos dirigentes da Fundação Ford de se envolverem com o estudiosos, cientistas e centros de estudo e pesquisa da região” (1990, p. 17).

Assim, corroborando o resultado de outros trabalhos no campo da sociologia da globalização (cf. Alcadipani & Bertero, 2012; Boltanski, 1981; Dezalay, 1993; Dezalay & Garth, 1998, 2002 e 2006; Garcia, 1998; Loureiro, 1998), é possível dizer que a difusão do conhecimento gerencial no Brasil é um exemplo marcante de como, durante a ditadura militar, a cooperação técnica Brasil-Estados Unidos no campo da política educacional e de planejamento, especialmente via USAID, contribuiu para fortalecer internamente grupos e modelos sociais de organização da educação afinados aos padrões e interesses norte-americanos (cf. Carlotto, 2014), expressando uma forma eficiente e complexa de *soft power* (Nye, 2004).

Outro exemplo importante desse modelo de cooperação foi a atuação, na América Latina, dos *experts* em propriedade intelectual e política científico-tecnológica, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990, que resultou na difusão do diagnóstico de que o recrudescimento da legislação nacional e internacional de propriedade intelectual era benéfica para o desenvolvimento científico-tecnológico (cf. Carlotto, 2013; Pinto & Carlotto, 2015). Esse processo, descrito por Peter Drahos como “um longo trabalho de proselitismo político feito por *experts* nos países em desenvolvimento, de preferência sob a égide de algum programa de assistência econômica como a *US Agency for International Development*” (1995, p. 9), pode ser melhor compreendido quando inserido no âmbito do chamado Consenso de Washington, que resulta ele mesmo de um programa cooperação técnica entre os EUA e a América Latina para a definição de políticas de desenvolvimento (cf. Batista, 1994).

Assim, é possível dizer que até os anos 1990, os países doadores de cooperação eram, em geral, países altamente industrializados e desenvolvidos, com altos níveis de renda, enquanto os receptores eram, sobretudo, países de renda média ou baixa, que acabavam assumindo uma posição passiva na relação de cooperação, que ocorria no âmbito de relações fortemente verticalizadas – a assim chamada Cooperação Norte-Sul – e segundo padrões de interações muito assimétricos. Além disso, a desigualdade intrínseca entre os doadores e receptores de cooperação no modelo tradicional tornava ainda difícil ignorar o peso do colonialismo e do etnocentrismo nas interações entre esses países fortemente desiguais.

O “padrão estratégico”: a cooperação predominante no Brasil a partir dos anos 2000, seus antecedentes e seus desafios

Ao se analisar a emergência, a partir dos anos 2000, de um padrão de cooperação técnica internacional que se opõe, ao menos formalmente, ao padrão tradicional apresentado anteriormente, é importante reconhecer que as ressalvas a esse padrão têm uma história um pouco mais longa. De fato, desde a Conferência de Bandung, realizada em abril de 1955 que um novo padrão de cooperação técnica vem sendo reivindicado, associado à “luta anticolonial e anti-imperialista” (Bruckmann & Santos, 2015, p.1) que marca o início de um movimento de afirmação independente dos países do então chamado “terceiro mundo”.

Partindo desse cenário, durante os anos 1970 a crítica aos modelos assimétricos e assistencialistas de cooperação técnica ganha novo impulso, levando à afirmação internacional de uma nova agenda de cooperação técnica, a assim nomeada “cooperação sul-sul”. É nesse contexto que surge, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), bem como a agência especial voltada à Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), essa última no âmbito do PNUD e ambas em uma tentativa de responder às críticas emergentes. Uma das principais expressões desse processo de fortalecimento da agenda da cooperação sul-sul foi a realização, em 1978, da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, que teve suas recomendações sintetizadas no chamado Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), que cunhou o termo “cooperação horizontal”, que passou a marcar o debate desde então (cf. Morosini, 2011; Saraiva, 2007).

No caso do Brasil, como dito, os anos 1970 marcam um primeiro esforço do país para fortalecer a cooperação internacional sul-sul. Desse modo, entre 1972 e 1979, foram firmados pelo menos 15 acordos de cooperação-técnica com países da África e Oriente

Médio⁷³, entre os quais o Egito, o Iraque, o Kuwait e a Nigéria. No entanto, apesar desse esforço inicial, a cooperação sul-sul não adquiriu relevância a ponto de alterar essencialmente a política de cooperação internacional do país, sobretudo porque a crise fiscal dos anos 1980 e a política neoliberal dos anos 1990 contribuíram para enfraquecer as iniciativas de cooperação técnica entre o Brasil e outros países em desenvolvimento, impedindo o fortalecimento interno dessa agenda de da cooperação horizontal. Não por acaso, portanto, ao analisar a história da política de cooperação técnica internacional brasileira, Luiz Amado Cervo enfatiza que a criação da Associação Brasileira de Cooperação (ABC), centralizando a política de cooperação antes dividida entre a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica da Secretaria Especial de Planificação da Presidência da República (SEPLAN) e a Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ocorre justamente no momento em que os esforços de cooperação começam a entrar em decadência em função do projeto liberal de desmonte do Estado (cf. Cervo, 1994, p. 45).

Assim, embora desde a redemocratização tenha havido iniciativas importantes de cooperação horizontal, tanto no âmbito da América do Sul quanto da Ásia e da África, foi somente a partir de 2003, com a mudança de governo no país e o relativo enfraquecimento da vertente mais liberal do Itamaraty, que essa a cooperação horizontal sul-sul ganhou o estatuto de prioridade⁷⁴. Nas palavras de Miriam Gomes Saraiva:

A posse do presidente Lula e o reforço da corrente autonomista [do Itamaraty] deu uma nova direção à política externa brasileira, com vistas a construir uma nova estratégia de inserção internacional do país, mais adequada tanto ao seu papel no mundo quanto aos constrangimentos próprios à “inserção periférica dos países em desenvolvimento”. Este movimento deu novo peso à cooperação sul-sul dentro da política externa brasileira, buscando consolidar um multilateralismo mais favorável a estes países (Saraiva, 2007, p. 56)

Um dos resultados principais dessa inflexão política foi a ênfase crescente na assinatura de acordos de cooperação técnica não mais em áreas políticas e de planejamento, mas em ciência e tecnologia entre países de renda média. É o caso, por exemplo, do Brasil e da Venezuela que, ao longo dos anos 2000, procuraram cooperar em ciência e tecnológica em áreas consideradas estratégicas para esses países, como segurança alimentar e produção agrícola.

É importante notar que, a partir dos anos 2000, é possível observar uma importância crescente dos processos de cooperação nas áreas técnica e científica em todas as regiões, como demonstram projetos de pesquisa como os desenvolvidos no âmbito da Organização Europeia para Pesquisa Nuclear, mais conhecida como CERN⁷⁵. Mas, para além dessa tendência geral em âmbito internacional, no contexto específico da América Latina, também assume um papel relevante a eleição de governos no geral críticos às políticas neoliberais a partir do final dos anos 1990, que possibilitou a elaboração de um novo paradigma de desenvolvimento, em que a cooperação internacional em áreas estratégicas assume um lugar central. Designado por alguns de neo-desenvolvimentista (Barbosa & Souza, 2010; Schutte, 2012) e por outros de logístico (Cervo, 2008), esse

⁷³ Informações da Associação Brasileira de Cooperação, disponíveis em www.abc.gov.br

⁷⁴ A autora destaca que, antes de Lula, o governo Itamar Franco também conferiu importância estratégica à cooperação para o desenvolvimento com países emergentes como o Brasil, mas o caráter transitório do seu governo e a inflexão da política externa do governo Fernando Henrique Cardoso impediram que a cooperação sul-sul ganhasse um lugar prioritário na agenda política do MRE (cf. Saraiva, 2007).

⁷⁵ *Organisation Européenne pour la Recherche Nucléaire*, mais conhecida como CERN, nome do antigo Conselho Europeu para a Pesquisa Nuclear, *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire*.

novo paradigma de desenvolvimento se basearia, sobretudo, em uma participação mais ativa do Estado em matéria de política industrial, científico-tecnológica e de comércio exterior, visando, ao menos do ponto de vista formal⁷⁶, a busca de uma inclusão mais autônoma e estratégica desses países no contexto internacional.

É nesse contexto que ganha importância, também, as iniciativas diversas de integração produtiva entre países latino-americanos como apontam as diferentes estratégias conjuntas de desenvolvimento regional como o fortalecimento do Mercosul e da Unasul. No que concerne às relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, esse novo paradigma incentivou uma forma de aproximação que não se baseasse apenas no comércio, reconhecendo, também, a importância de uma aproximação geopolítica visando melhorar o desenvolvimento produtivo entre os dois países.

Assim, como se sabe, as relações entre Brasil e Venezuela se tornaram mais fortes ao longo da década de 2000, no bojo de uma aproximação comercial e política até que em 2005, os presidentes dos dois países assinaram a denominada “Aliança Estratégica”, e em 2007, assumiram a “diplomacia da solidariedade”, em que a cooperação internacional tornou-se uma ferramenta importante para, segundo o acordo, reduzir as assimetrias entre os dois países. Durante a Reunião Presidencial de 13 de dezembro de 2007, foram assinados nove acordos bilaterais, um programa e um protocolo de intenções sobre a cooperação agrícola, cooperação em saúde, cooperação industrial, petroquímica e energia hidrelétrica. Além disso, foi estabelecido um prazo de três meses para um novo encontro entre os presidentes.

Foi nesse sentido que a Venezuela, país com intensas relações comerciais com o Brasil, afirmou-se como um aliado estratégico do país, tornando-se objeto de uma política especial de cooperação internacional. Como resultado disso, os então presidentes do Brasil e da Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez, que até 2005 mantinham acordos apenas em temas tradicionais de comércio, passaram a priorizar novos aspectos como a cooperação em educação, sistema bancário, combate à fome e à pobreza e, o que nos interessa particularmente, em desenvolvimento científico-tecnológico. A complexidade da cooperação internacional nesses temas implicou a mobilização de novos atores, levando diversos órgãos públicos brasileiros como a Caixa Econômica Federal, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola a utilizarem a sua experiência em ações de cooperação para se engajar na nova política de cooperação e integração desenhada pelo governo brasileiro.

No caso específico da relação Brasil-Venezuela, essa tendência, somada à periodicidade dos encontros entre os presidentes, tornou possível a assinatura de acordos entre ministérios e outros institutos e órgãos públicos brasileiros que não apenas a presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores. É o caso particular da cooperação no campo agrícola, no qual Brasil e Venezuela, por meio de suas agências específicas, firmaram uma série de acordos importantes, em especial o Acordo sobre o Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento Agrícola na República Bolivariana da Venezuela, assinado entre a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) e a INIA (Instituto Nacional de Investigaciones Agrícolas) no mesmo dia em que os presidentes dos dois países assinaram o acordo geral de cooperação agrícola entre os países.

O acordo assegurava que a Embrapa daria continuidade a projetos já em andamento nas áreas de produtos cítricos, café e mandioca, além de buscar a identificação

⁷⁶ É importante notar que, nesse momento, estamos avaliando apenas o discurso inerente à emergência de um novo paradigma de desenvolvimento, o que explica o cuidado em diferenciar o aspecto formal e efetivo das políticas implementadas.

de novas áreas de cooperação agrícola, como o desenvolvimento de uma cadeia produtiva relacionada à criação pecuária bovina, caprina, suína e de aves. Além disso, a experiência e a base tecnológica da Embrapa foram colocadas à disposição da Venezuela para a organização do seu plano nacional de sementes (Comunicado Conjunto, 26/03/2008). Para a execução dos projetos de cooperação industrial e agrícola a Venezuela dispôs de US\$ 100 milhões que seriam administrados pela Embrapa e ABDI. No bojo desse processo, em março de 2008, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)⁷⁷ e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) abriram escritórios em Caracas, estabelecendo programas de cooperação agrícola e industrial.

A participação da ABDI no convênio entre a Embrapa e a INIA já indica a cooperação entre Brasil e Venezuela em matéria agrícola está diretamente relacionada à reestruturação da política industrial e tecnológica brasileira desde 2003 e ao papel que os governos dos dois países assumiram no processo de integração econômica da região. O Brasil, embora tenha organizado o seu desenvolvimento com base em recursos naturais nas últimas décadas, conseguiu agregar tecnologia à produção primária, sobretudo através da atuação da Embrapa. No entanto, a política de desenvolvimento industrial desenhada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva – a assim chamada Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, PITCE – pretendia ir além do “adicionar tecnologia à produção agrícola”, tornando o Brasil exportador de tecnologia agrícola.

Nesse sentido, ao considerar a política de cooperação da Embrapa na Venezuela é preciso olhar, necessariamente, para duas dimensões: a dimensão política e a dimensão técnico-científica. A dimensão política refere-se ao fato de se trata de um modelo de política pública entre países que buscam maior integração na sociedade do conhecimento. A dimensão técnico-científica refere-se ao fato de que essa cooperação envolve diretamente a difusão e apropriação do conhecimento e tecnologia.

Além disso, é importante notar que a cooperação entre a Embrapa e a Venezuela não tem nenhuma condicionalidade e usa tecnologias adaptadas que respeitam o uso local, em temas abandonados pelos doadores tradicionais, como é o caso do desenvolvimento agrícola e rural. A Venezuela é um país altamente dependente do petróleo. Nos últimos anos, mais de 90% das exportações se restringiram a esse único produto. Pode-se dizer, portanto, que a Venezuela exporta petróleo e importa o resto, tornando a segurança alimentar especialmente relevante. O petróleo também foi o responsável histórico por tornar a Venezuela, desde a década de 1940, o país mais urbano da América do Sul. Assim, ao longo de sua história, houve um déficit de mão de obra agrícola, o que torna o tema da formação técnica igualmente importante.

Outro ponto relevante é que a cooperação entre Brasil e Venezuela não é, como de poderia imaginar, uma cooperação entre um país grande e um pequeno. Pelo contrário, a Venezuela é um dos países que mais coopera no mundo, assumindo um papel importante também como doadora de cooperação, através de programas como o Protocaribe. Segundo o *Reality of Aid Project* de 2010, estima-se que a Venezuela tenha mobilizado algo entre 1,1 e 2,5 bilhões de dólares em 2008, que corresponde a aproximadamente 0,71 a 1,52% do PIB do país. Valor muito superior ao mobilizado pela Rússia, por exemplo, que, no mesmo ano, atingiu, segundo o mesmo relatório o valor de US\$ 800 milhões. Em

⁷⁷ A Embrapa foi criada em 1973, no contexto político da ditadura militar brasileira, em um período marcado, do ponto de vista do desenvolvimento, por um modelo descrito pela literatura como “desenvolvimento associado”. Quer dizer que nesse momento se acentua um processo de expansão capitalista marcado por uma inserção internacional dependente no sistema internacional. O modelo não supunha, portanto, uma estratégia de autonomia efetiva em relação ao centro do sistema mundial ou mesmo qualquer alternativa ao processo de industrialização baseado na superexploração de mão de obra abundante e pouco qualificada.

termos de porcentagem do PIB, só se compara com a Arábia Saudita, que aporta 1,5% do PIB à ajuda ao desenvolvimento sul-sul. O aporte venezuelano corresponde a 18% do total aportado por todos os países à cooperação sul-sul. Apesar de sempre ter destinado uma porcentagem alta de seu PIB para a cooperação, principalmente para o Caribe, esse valor aumentou muito durante o governo Hugo Chávez. Isso porque a Venezuela, assim como o Brasil na década de 2000, assumiu importante papel no sistema internacional. Com a chegada de Chávez ao poder, a política externa se transforma em importante instrumento da política nacional e a legitimidade do mandatário também passou a depender de sua legitimidade perante os vizinhos. Portanto, o projeto de El Tigre, além de sua contribuição interna à Venezuela, ele tem uma característica de aproximar os países em um tema importante para ambos no cenário internacional.

O projeto de transferência de tecnologia para o Banco de Sementes é igualmente importante para ambos os países. Do ponto de vista venezuelano, a cooperação agrícola tem por objetivo “*garantizar la seguridad y soberanía alimentaria de Venezuela, con un énfasis en la producción familiar de alto valor agregado*”, temas caros ao desenvolvimento do país. A experiência e a base tecnológica da Embrapa foram postas à disposição da Venezuela para a organização do Plano Nacional de Sementes, que consiste na produção, armazenamento e processamento de sementes de soja, milho, feijão e hortaliças (Comunicado Conjunto, 26/03/2008)⁷⁸.

Como exposto anteriormente, a Venezuela é uma economia rentista. Isso quer dizer que seus recursos vêm, principalmente da renda do petróleo e o Estado, no caso venezuelano, é o principal beneficiário e tem o protagonismo na distribuição da renda. De maneira geral, em uma economia rentista, a riqueza não tem relação com o trabalho, o aumento da renda não tem a ver com o aumento da produtividade e o crescimento do consumo não tem relação com o aumento da produção interna. Assim, o crescimento do PIB, os gastos governamentais, o salário e as importações não dependem da dinâmica da relação entre capital e trabalho, mas do preço internacional do petróleo. O rentismo tem, portanto, como consequência, o aumento da dependência em relação ao produto exportado (no caso o petróleo), o aumento da desigualdade estrutural da sociedade e o aumento da dependência em relação ao Estado. Por isso, a segurança alimentar do país é tema central do seu desenvolvimento. A Venezuela conta, por isso, com um importante marco institucional, do qual destacam-se duas leis.

A primeira delas é a lei de terras de 2005 que regula “*el uso de todas las tierras, públicos y privados, con vocación de agricultura uso agrícola*”. O passo importante da lei é a explícita proibição do latifúndio, claramente definido como “*extensión de tierras que supere el promedio de ocupación de la región o no alcance un rendimiento idóneo del ochenta por ciento (80%)*”, e a subcontratação de trabalho no campo.

Se é verdade que a produção de soja da cooperação com o Brasil é feita nos moldes da Embrapa, de grandes propriedades, uma vez que, segundo a Embrapa “*a soja só é rentável se produzida em larga escala*”, a solução encontrada na Venezuela foi a grande propriedade pública, o que evita o problema do latifúndio. Segundo o representante da

⁷⁸ Do ponto de vista do desenvolvimento, há uma clara distinção entre produzir soja e produzir feijão. A soja, produto cujos estudos estão mais bem desenvolvidos na Embrapa e que a empresa dedicou grande parte do seu tempo e capital gera uma cadeia produtiva *up stream* e *down stream*, que pode desencadear um aprimoramento de todo o setor, inclusive do ponto de vista industrial. Outra importante consequência é a possibilidade de existência de uma verdadeira integração produtiva com o Brasil. Isso é diferente de produzir feijão, já que este não envolve outros setores e não é processado, ou agregado de valor, mas serve para o consumo final. A questão que se coloca, portanto, diz respeito a que tipo de semente é produzida e quem se apropria do produto. Ou seja, para que serve esse projeto, do ponto de vista do desenvolvimento do país e da sua segurança alimentar.

Embrapa na Venezuela, “(...) no seu projeto inicial, a Embrapa garantiu ao governo venezuelano 50 mil empregos” (Entrevista concedida em 16 de abril de 2012).

Outra lei importante é a Lei de Sementes aprovada pelo Congresso Venezuelano em 14 de outubro de 2014. Desde o Plan Nacional de Semillas de abril de 2005 a Venezuela é contra o uso de sementes transgênicas. Em outubro do ano passado a semente transgênica é proibida por lei. A lei inova também ao defender que as sementes são “antipatente”, em seu preâmbulo.

A esse arcabouço institucional venezuelano pode ser acrescido o fato de a Venezuela ter inovado no tema da cooperação técnica, ao assinar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST), acordos para formação técnica. Foi assinado, por exemplo, acordo para a criação do **Instituto Agroecológico Latino-americano "Paulo Freire" (IALA)**, responsável pela formação técnica e política de trabalhadores do campo, outra inovação institucional importante, que reforça a ideia de que se trata de uma política de cooperação nova e de caráter estratégico.

Conclusão

Como se sabe, a assim chamada “nova política externa” brasileira, pautada na defesa formal da redução das assimetrias internacionais (Schutte, 2012), na busca por uma inserção mais autônoma internacional (cf. Rodrigues & Maciel, 2015) e na promoção de um padrão mais horizontal e estratégico de cooperação técnica internacional, em especial entre países em estágios mais próximos de desenvolvimento (Hitner & Carlotto, 2014a e 2014b) vem passando, atualmente, por um processo pouco formalizado de reformulação que põe em questão a sua continuidade.

Além disso, a inflexão da política externa dos países latino-americano ocorreu, como dito, em um contexto em que a cooperação tradicional norte-sul dava claros sinais de arrefecimento, em função, sobretudo, da crise financeira internacional que atingiu os tradicionais doadores de cooperação, aprofundando ainda mais as disputas em torno do equilíbrio de poder nos organismos multilaterais, uma vez que países emergentes como o Brasil, a China e a Índia começam a reivindicar maior poder internacional.

Assim, é possível dizer que, atualmente, o destino desses dois padrões de cooperação técnica – o tradicional de assistência norte-sul e o estratégico de colaboração sul-sul – está, por diferentes motivos, em suspenso. Essa nova situação torna ainda mais necessária e urgente uma agenda de pesquisa que busque compreender o significado social, político e estratégico desses diferentes padrões de cooperação técnica, pensados enquanto modelos de circulação internacional de conhecimento que são ao mesmo tempo causa e consequência da estrutura social em que se inserem (cf. Garth & Dezalay, 2002). Assim, partindo de abordagens teóricas que pretendam dar conta da complexa relação entre estrutura social e definição de políticas de desenvolvimento em diferentes campos (cf. Carlotto, 2014), é preciso avançar na análise histórica dos padrões de circulação internacional de conhecimento.

O objetivo geral do presente artigo foi apresentar dois padrões distintos de cooperação técnica do Brasil buscando compreender como eles se relacionam, de um lado, com a estrutura social do país e as disputas internas que ela engendra e, de outro, com o modelo de inserção internacional e de desenvolvimento econômico que essas mesmas disputas promovem e possibilitam. Isso significa pensar os padrões de circulação internacional de conhecimento, em geral, e de cooperação técnica, em particular, em uma chave essencialmente histórica, enfatizando a estreita relação existente entre as disputas nacionais pela definição de padrões de desenvolvimento e inserção global e os fluxos internacionais de conhecimento e tecnologia a eles correspondentes.

Referências

- ALCADIPANI, Rafael & BERTERO, Carlos Osmar. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 3, p. 284-99, 2012.
- ARBIX, Glauco. Da liberalização ceda dos anos 90 à construção estratégica do desenvolvimento. *Tempo Social*, v. 14, n.1, 2002.
- AYLLÓN, Bruno. Transformações globais, potências emergentes e cooperação sul-sul: desafios para a cooperação europeia. *Cadernos CRH*, v.25, n.65, p. 233-249, 2012.
- BAIARDI, Amilcar & RIBEIRO, Maria Clotilde. A cooperação internacional norte-sul na ciência e na tecnologia: gênese e evolução. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 593-608, 2011.
- BARBOSA, Nelson & SOUZA, José Antônio Pereira. A inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. In: Garcia, Marco Aurélio e Sader, Emir (Org) Brasil entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.
- BARBOSA, Rubens. O Brasil fora das cadeias globais. *O Estado de São Paulo*, 26 de fevereiro de 2013.
- BARNETT, Michael & FINNEMORE, Martha. *Rules for the world : international organization in global politics*. Ithaca : Cornell University Press, 2004.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In. LIMA SOBRINHO, Barbosa et alli. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- BECERRA, Martin. *Sociedad de la información. Proyecto, convergencia, divergencia*. Buenos Aires, Grupo Norma, 2003.
- BERBEROGLU, Berch. *Globalization in the 21th century: labor, capital and the state on a world scale*. Nova York: Palgrave, 2010.
- BERNAL MEZA, R. América Latina e a sociedade da informação. *Revista Política Externa*. v. 15, n. 4, p. 23-42. São Paulo, Paz e Terra, USP e IEEI, 2007.
- BOLTANSKI, Luc. America, America... Le plan Marshall et l'importation du management. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 38, p. 19-41, 1981.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. *Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>
- BROWN, Richard. *Rockefeller medicine men: medicine and capitalism in America*. Berkeley: University of California Press, 1979.
- BRUCKMANN, Mônica & SANTOS, Teotônio dos. La actualidad de Bandung. *América Latina en movimiento*, ed. Especial. 60 años después: vigencia del espíritu de Bandung, v. 37, n.504, 2015.
- CARLOTTO, Maria Caraméz & GARCIA, Sylvia Gemignani. Tensões e contradições do conceito de organização aplicado à universidade: o caso da criação da USP-Leste. *Avaliação*, v. 18, p. 657-684, 2013.
- CARLOTTO, Maria Caraméz & ORTELLADO, Pablo. Activist-driven innovation: uma história interpretativa do software livre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, p. 77-102, 2011.

- CARLOTTO, Maria Caraméz et al.. *O acesso a bens culturais e educacionais no Brasil - Música*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: Gpapai, 2009.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. *Universitas semper reformanda? A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. 2014. 570f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. *Ciência como instituição e como prática: a mudança do regime disciplinar/estatal de produção e difusão do conhecimento científico no Brasil vista a partir do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron*. 2009. 476f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. *Mecanismos e ferramentas de gestão da inovação mencionados pelos dirigentes empresariais brasileiros nas entrevistas da PAEDI: uma tentativa de caracterização do esforço de gestão da inovação pelo discurso de seus dirigentes*. (Relatório de Pesquisa). São Paulo: CEBRAP, 2008.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. *Veredas da mudança na ciência brasileira. Discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo*. São Paulo: Editora 34/Scientiae Studia, 2013.
- CASTELLS, Manoel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manoel. O novo paradigma do desenvolvimento e suas instituições. In: Castro, A. C. (Org.). *Desenvolvimento em debate*. p. 397-416. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- CEPAL. *Los Caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y Caribe*. Santiago, Chile: UN-CEPAL, LC/G. 2195, Documento de Bavaro, Punta Cana, Rep. Dominicana, 2003.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: conceitos básicos*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008
- CERVO, Amado Luiz. Socializando o desenvolvimento, uma história da cooperação técnica internacional no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 37, n. 1, p. 37-63, 1994.
- CHANDLER, David & SISK, Timothy (org). *Routledge Handbook of International Statebuilding*. Londres: Routledge, 2013.
- CHESNAIS, François. "The French national system of innovation". In: NELSON, Richard. (Org). *National Innovation Systems: a comparative analysis*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Programa institutos nacionais de C&T. Documento de orientação aprovado pelo comitê de coordenação em 29 de julho de 2008*. Brasília: CNPq, 2008.
- CORIAT, Benjamin. "O novo regime de propriedade intelectual e sua dimensão imperialista: implicações para as relações norte/sul". In: Castro, A. C. (Org.). *Desenvolvimento em debate*, p. 375-396. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- DEZALAY, Yves & GARTH, Bryan. *Le mondialisation des guerres de palais. Le restructuration du pouvoir d'état en Amérique Latine, entre notables du droit et "chicago boys"*. Paris: Seuil, 2002
- DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. Le "Washington consensus". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 121-122, p. 3-22, 1998.

- DEZALAY, Yves. Multinationales de l'expertise et "dépérissement de l'État". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 96-97, p. 3-20, 1993.
- DRAHOS, Peter. Global property rights in information: the history of TRIPS at the GATT. *Prometheus*, v. 13, n. 1, p. 6-19, 1995.
- GAMA, William & VELHO, Léa. A cooperação científica internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p. 205-224.
- GARCIA, Afrânio. La construction interrompue: Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 121-122, p. 52-61, 1998.
- GARCIA, Sylvia Gemignani & CARLOTTO, Maria Caraméz. "Institutional Specificity and Organizational Change: a Case of University Social Engagement in Brazil". In: PINHEIRO, Romulo; BENNEWORTH, Paul; JONES, Glen. (Org.). *Universities and Regional Development: A Critical Assessment of Tensions and Contradictions*. Londres/Nova York: Routledge, 2012, p. 124-140.
- GODIN, Benoît. The new economy: what the concept owes to the OECD. *Research Policy*, v. 33, p. 679-690, 2004.
- HITNER, Verena & CARLOTTO, Maria Caraméz. La cooperación técnica agrícola de Brasil y Venezuela: la búsqueda por la inserción en la sociedad del conocimiento, *Revista Nuevo Mundo*, 2014a (no prelo).
- HITNER, Verena & CARLOTTO, Maria Caraméz. Padrões de cooperação, padrões de inserção: a cooperação técnica agrícola entre Brasil e Venezuela para além da inserção na sociedade do conhecimento. *Oikos* (Rio de Janeiro), v. 1, p. 145-162, 2014b.
- LOUREIRO, Rita. L'internationalisation des milieux dirigeants au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 121-122, p. 42-51, 1998.
- MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio & BERRON, Gonzalo. *Uma nova política externa (2003-2013)*. Santo André: Editora da UFABC, 2014.
- MARINHO, Maria Gabriela. *Norte-americanos no Brasil. Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934 - 1952)*. Campinas/São Paulo: Autores Associados/Universidade São Francisco, 2001.
- McGANN, James & SABATINI, Richard. *Global think thanks: policy network and governance*. Londres: Routledge, 2011
- MERCADO, Alexis. La estructura productiva de América Latina: convergencia hacia la sociedad del conocimiento. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v.11, n.1 p. 209-242, 2005.
- MICELI, Sergio. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre o Brasil e os Estados Unidos*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.
- MILANI, Carlos; SUYAMA, Bianca & LOPES, Luara. *Políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento no norte e no sul: que lições e desafios para o Brasil?* São Paulo: Fundação Friedrich Erbert Stiftung, 2013.
- MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. *Educação em revista*, v. 27, n.1, p. 93-112, 2011.
- MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. *Educação em revista*, v. 27, n.1, p. 93-112, 2011.

- MOULIER-BOUTANG, Yann. Le Sud, la propriété intellectuelle et le nouveau capitalisme émergent. *Multitudes Web*, n. 12, on-line, 2005. Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/Le-Sud-la-propriete-intellectuelle>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- MOULIER-BOUTANG, Yann. Droits de propriété intellectuelle, terra nullius et capitalisme cognitif. *Multitudes*, n. 41, p. 66-72, 2010.
- MOULIER-BOUTANG, Yann. Richeesse, propriété, liberté et revenu dans le “capitalism cognitif”. *Multitudes*, n. 5, p. 17-36, 2001.
- NEGRI, Fernanda de. Elementos para uma análise da baixa inovatividade brasileira e o papel das políticas públicas. *Revista USP*, v. 93, p. 81-100, 2012.
- NELSON, Richard. (Org). *National Innovation Systems: a comparative analysis*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- NYE, Joseph. *Soft Power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.
- ORTELLADO, Pablo & CARLOTTO, Maria Caraméz. O sentido da aproximação entre ciência e mercado em países periféricos: o mercado científico de patentes e direitos autorais no Brasil. *Cadernos GPOPAI*, n. 6, 2010.
- ORTELLADO, Pablo et al.. *Uma política de direito autoral para os livros didáticos no Brasil*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: Gpopai, 2010.
- PÉREZ, Carlota. *Revoluciones Tecnológicas y Capital Financiero. La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza*. Cidade do México: Siglo XXI, 2004.
- PETRAS, James & VELTMEYER, Henry. “Neoliberalism and the dynamics of capitalist development in Latin America”. In. BERBEROGLU, Berch. *Globalization in the 21th century: labor, capital and the state on a world scale*. Nova York: Palgrave, 2010.
- PINTO, José Paulo Guedes & CARLOTTO, Maria Caraméz. *A divisão internacional do trabalho no século XXI: um estudo sobre o peso da propriedade intelectual na relação EUA – América Latina*. Texto submetido ao 5º Encontro Nacional da ABRI, 2015.
- RODRIGUES, Gilberto & MACIEL, Tadeu Morato. Cooperação sul-sul brasileira. *Cuadernillos de FUNPADEM*, n. 2, p. 33-44, 2015.
- SANTOS, Laymert. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.
- SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.
- SCHUTTE, Giorgio (2012) Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 1, n.2, 2012
- SCHUTTE, Giorgio Romano. Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional. *Austral: Revista brasileira de estratégia e relações internacionais*, v. 1, n.2, p. 61-97, 2012.
- SHARIF, Naubahar. Emergence and development of the national innovation systems concept. *Research Policy*,v. 35, p. 745-766, 2006.

- SOBRAL, Fernanda Antônia da Fonseca. Novos horizontes para a produção científica e tecnológica. *Cadernos CRH*, v. 24, n.63, p. 519-534, 2011.
- SUNSHINE, Fabio. El derecho de propiedad intelectual internacional. *Cuadernos Nuestra América*, v. 23, p. 35-36, 2005.
- TACHINARDI, Maria Helena. *A guerra das patentes. O conflito Brasil X EUA sobre propriedade intelectual*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.
- THEIS, Ivo Marcos. A sociedade do conhecimento realmente existente da perspectiva do desenvolvimento desigual. *URBE Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 5, n. 1, p. 133-148, 2013.